

REPÚBLICA DE CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 28\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do Boletim Oficial devem ser enviadas à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha.

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	500\$00	300\$00
Para o estrangeiro	900\$00	740\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada deverão ser para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticado com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 40/82:

Dá por finda a comissão de serviço do Camarada Aguiinaldo Lisboa Ramos no cargo de Secretário-Geral do Ministério do Desenvolvimento Rural.

Decreto n.º 41/82:

Dá por finda a comissão de serviço do Camarada Humberto Bettencourt Santos no cargo de Director-Geral das Pescas.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Portaria n.º 17/82:

Manda pôr em circulação 1 000 000 de selos da emissão «VAPOR» com as dimensões de 32 x 42mm, impressão heliogravura a retículo, cinco cores e retogravura a uma côr, na taxa única de 10\$00.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Despacho:

Exonerando Fernando Jorge Leal Andrade, Director Regional do Ministério do Desenvolvimento Rural em Santo Antão, das funções de Presidente da Comissão Concelhia de Reordenamento Agrário de Ribeira Grande.

Despacho:

Designando Emitério António Colito, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 6/76, para as funções de Presidente da Comissão Concelhia de Reordenamento Agrário de Ribeira Grande.

Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção-Geral da Função Pública.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 40/82

de 24 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 75.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único — É dada por finda a comissão de serviço do Camarada Aguiinaldo Lisboa Ramos do cargo de Secretário-Geral do Ministério do Desenvolvimento Rural, a partir de 1 de Abril de 1982.

Pedro Pires — João Pereira Silva.

Promulgado em 8 de Abril de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 41/82

de 24 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 75.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único — É dada por finda a comissão de serviço do Camarada Humberto Bettencourt Santos do cargo de Director-Geral das Pescas, a partir de 5 de Abril de 1982.

Pêdro Pires — Osvaldo Lopes da Silva.

Promulgado em 8 de Abril de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

— o g o —

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 17/82

de 24 de Abril

Manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Ministro dos Transportes e Comunicações o seguinte:

Artigo único. São postos em circulação 1 000 000 de selos da emissão «VAPOR» com as dimensões de 32 × 42^{mm}, impressão heliogravura a retículo, cinco cores e rotogravura a uma cor, na taxa única de 10\$.

Ministério dos Transportes e Comunicações, 14 de Abril de 1982. — O Ministro, *Herculano Vieira.*

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despacho

Fernando Jorge Leal Andrade, director regional do MDR em Santo Antão, desempenhando as funções de presidente da Comissão Concelhia de Reordenamento Agrário de Ribeira Grande, fica exonerado das referidas funções, a seu pedido.

Ministério do Desenvolvimento Rural, 16 de Abril de 1982. — O Ministro, *João Pereira Silva.*

Despacho

Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 8/76 é designado para desempenhar as funções de presidente da Comissão Concelhia de Reordenamento Agrário de Ribeira Grande, Emitério António Colito

Ministério do Desenvolvimento Rural, 16 de Abril de 1982. — O Ministro, *João Pereira Silva.*

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção-Geral da Função Pública

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 16 de Dezembro de 1981:

Plínio Galvão dos Reis Borges, funcionário aposentado — contratado, nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 21/76, de 6 de Março, para exercer o cargo de inspector de viação do Serviço Nacional de Viação do Ministério dos Transportes e Comunicações:

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 10.º, artigo 66.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 6 de Abril de 1982).

De 17 de Fevereiro de 1982:

Afonso Marte Baleno, electricista de 1.ª classe da Junta Autónoma dos Portos — transferido, nos termos do Decreto n.º 14/77, para o Ministério do Desenvolvimento Rural, indo ocupar uma vaga de chefe de trabalhos de 1.ª classe, nos serviços regionais de Desenvolvimento Rural, com efeito a partir de 21 de Janeiro do corrente ano,

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 11.º, artigo 80.º do orçamento de 1982. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 13 de Abril de 1982).

De 5 de Abril:

Afonso da Horta Fidalgo, contínuo contratado do Liceu «Ludgero Lima» — desligado de serviço, para efeitos de aposentação, por ter sido julgado incapaz para todo o serviço, conforme opinião da Junta de Saúde de Barlavento em sessão de 23 de Dezembro de 1981, homologada por despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais de 4 de Janeiro de 1982, devendo ser abonado a pensão provisória anual de 53 820\$ sujeita à rectificação, calculada de harmonia com o n.º 1 do artigo 6 do Decreto n.º 52/75, correspondente a 39 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5 nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 17.º, artigo 147.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 22 de Abril de 1982).

Despachos do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 16 de Dezembro de 1981:

Jorge Octávio Soares Silva, chefe de secção, interino, da Embaixada de Cabo Verde em Luanda — nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de Cônsul do quadro de pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com colocação no Consulado de Cabo Verde em S. Tomé, na vaga resultante da rescisão do contrato de Manuel Maria Ferreira Querido, por despacho de 24 de Agosto de 1981, publicado no *Boletim Oficial* n.º 34/81.

De 22:

Adelaide Adozinda Ramos Silva Sousa — nomeada para exercer, interinamente, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, o cargo de 3.º oficial dos Serviços Externos, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com colocação na Missão Permanente de Cabo Verde junto da ONU.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

Maria José Rocha Spencer Lopes Évora, assalariada, eventual, prestando serviço na Embaixada da República de Cabo Verde, em Lisboa, habilitada com o curso de auxiliar social — nomeada para exercer, provisoriamente, o cargo de técnica profissional de 1.º nível de 3.ª classe, dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com colocação na Embaixada de Cabo Verde em Lisboa.

Helena Isabel Soares Andrade — nomeada para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com colocação no Consulado de Cabo Verde em Roma.

Fernando Vicente Freitas — contratado para exercer, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, o cargo de escriturário-dactilógrafa de 2.ª classe, com colocação no Consulado-Geral de Cabo Verde em Boston, indo ocupar um dos lugares criados pelo Decreto n.º 109/77, de 26 de Novembro,

Hermínio Patrício Gomes Fernandes Silva, assalariado, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de condutor-auto de 2.ª classe da Missão Permanente de Cabo Verde junto da ONU, indo ocupar um dos lugares criados pelo Decreto n.º 109/77, de 26 de Novembro de 1977.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 20.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 2 de Abril de 1982.)

De 5 de Março de 1982:

Deolinda Barbosa Vicente — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral da Emigração e Serviços Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, indo ocupar um dos lugares criados pelo Decreto n.º 109/77, de 26 de Novembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º artigo 19.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 2 de Abril de 1982).

Manuel Lima da Rosa — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de 3.º oficial, interino, da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 2.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

Felicidade Mendonça Garcia — nomeada para exercer, interinamente, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral dos Serviços Administrativos Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, indo ocupar um dos lugares criados pelo Decreto n.º 109/77, de 26 de Novembro.

Daniel Mendes Lopes — nomeado para exercer, interinamente, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, o cargo de 3.º oficial, da Direcção-Geral dos Serviços Administrativos Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, indo ocupar um dos lugares criados pelo Decreto n.º 107/77, de 26 de Novembro.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 4.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 2 de Abril de 1982).

Raúl Jorge Vera Cruz Barbosa, director de 3.ª classe, de nomeação definitiva, do Ministério dos Negócios Estrangeiros — transferido, por conveniência dos serviços, do quadro administrativo para o quadro do pessoal diplomático na correspondente categoria de 2.º secretário, indo ocupar um dos lugares criados pelo Decreto n.º 207/81, continuando, porém, a exercer em comissão de serviço o cargo de 1.º secretário.

De 19:

Alcídia Paixão Melo Araújo — nomeada para, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral de Emigração e Serviços Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 19.º do orçamento vigente:

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 15 de Abril de 1982):

Despacho do Camarada Ministro da Defesa Nacional:
De 19 de Abril de 1982:

Jorge Paulo Monteiro, tenente das FARP — designado, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 122/77, de 29 de Dezembro, secretário do Supremo Tribunal.

Despachos do Camarada Ministro do Interior:
De 18 de Maio de 1981:

Madueno Pires Correia, agente de 2.ª classe n.º 251/586, da Polícia de Ordem Pública — concedida a licença ilimitada, nos termos do artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo vigente, com efeito a partir da data do respectivo despacho.

De 4 de Setembro:

Manuel Querido Varela, nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo da Direcção-Geral da Administração Interna, com colocação na Ribeira da Barca.

De 26:

Francisco Pedro Gonçalves — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo da Direcção-Geral da Administração Interna, com colocação na Povoação da Furna — Brava.

De 22 de Outubro:

Carlos Ramos Furtado, nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo, com colocação na Zona de Saltos Abaixo do Concelho de Santa Cruz, entrando imediatamente em exercício de funções, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

De 5 de Novembro de 1981:

Jacinto Josefa Medina — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo, com colocação no Secretariado Administrativo da Ribeira Grande.

Ramiro Miguel Oliveira — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo da Direcção-Geral da Administração Interna, com colocação na zona de Garça — Ribeira Grande.

De 12 de Dezembro:

Pedro Borges Semedo, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeado definitivamente no referido cargo.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 37.º do orçamento para 1982.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 13 de Abril de 1982).

De 19:

Armando Augusto Ferreira Silva, comissário-chefe, provisório, da Direcção Nacional de Segurança — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º, do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 47.º do orçamento vigente.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 2 de Abril de 1982).

De 29:

Maria da Cruz Lopes Rebelo Medina, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, provisória, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeada definitivamente no referido cargo.

São reconduzidos por mais três anos nos respectivos cargos, os seguintes funcionários de nomeação provisória, da Direcção-Geral da Administração Interna:

Francisco José Silva dos Reis — escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe;

Carmem Maria Timas Silva Sousa Santos — escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe.

De 7 de Janeiro de 1982:

São nomeados definitivamente nos respectivos cargos, os seguintes funcionários provisórios da Direcção-Geral da Administração Interna:

Lucy Fernandes de Oliveira Moraes, aspirante; e
 Maria Antónia Neves Silva Lima, aspirante.

São reconduzidos por mais três anos nos respectivos cargos, os seguintes funcionários provisórios da Direcção-Geral da Administração Interna:

Albertina Nascimento Fortes da Silva Andrade, aspirante;

Alcídia Maria Fernandes do Nascimento, técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe;

Maria José Teixeira Barbosa da Costa Almeida técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe;

Alcino Dinis Évora Oliveira, aspirante;

Manuel António Fonseca, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe; e

Manuel Paris, zelador.

De 12:

Pedro Mendes Teixeira, 3.º oficial provisório, da Direcção-Geral da Administração Interna — reconduzido por mais três anos no referido cargo.

Mário Rui Fortes Lélis, zelador, provisório, da Direcção-Geral da Administração Interna — reconduzido por mais três anos no referido cargo.

De 6 de Fevereiro:

Adelino de Sousa, técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe do pessoal da Direcção-Geral da Administração Interna — reconduzido por mais três anos no referido cargo.

Maria Alice Pereira Fonseca Alves — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral da Administração Interna.

Afonso Henrique Alves — promovido mediante concurso a 2.º oficial definitivo da Direcção-Geral da Administração Interna.

De 17:

Maria José Teixeira Barbosa da Costa Almeida, técnica profissional do 1.º nível de 3.ª classe da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Secretário Administrativo de 1.ª classe, com colocação no Secretariado Administrativo de S. Vicente.

Isabel dos Santos Pinto Osório Correia, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeada definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 22:

Cristina da Luz Moraes da Cruz, — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral da Administração Interna, com colocação no Secretariado Administrativo de São Nicolau.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 37.º do orçamento para 1982.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

De 16 de Março:

Tiburcio Pereira Moreira, aspirante provisório, da Direcção-Geral da Administração Interna, colocado no Secretariado Administrativo de Santa Catarina — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro do corrente ano.

Isabel dos Santos Pinto Osório Correia, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe, de nomeação definitiva da Direcção-Geral da Administração Interna — mandada transitar, para a carreira do pessoal administrativo, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, como 1.º oficial.

Isabel dos Santos Pinto Osório Correia, 1.º oficial de nomeação definitiva da Direcção-Geral da Administração Interna — nomeada para, nos termos do artigo 63.º, do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de chefe de secção da mesma Direcção-Geral.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 37.º, do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 20 de Abril de 1982).

De 25:

Aradeu Luís António Barbosa, técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe da Direcção-Geral da Administração Interna, em comissão de serviço como secretário administrativo do concelho do Sal, — concedidos seis meses de licença registada a partir da data em que for substituído.

José Sebastião Teixeira de Azevedo, chefe de departamento definitivo do quadro da Delegação Regional do Governo — autorizado a transitar, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à categoria de Director de 3.ª classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro, continuando a exercer, em comissão de serviço, as funções de Delegado do Governo do Concelho do Porto Novo.

De 31:

Roberto da Luz Ferreira, 3.º oficial, provisório, da Direcção-Geral da Administração Interna — exonerado a seu pedido do referido cargo, com efeitos a partir da data em que passar a desempenhar as funções de chefe de secretaria do Centro Regional de Artesanato

Maria da Cruz Lopes Rebelo Medina, escriturária-dactilógrafa, de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Administração Interna, colocada na Secção Regional do Arquivo de Identificação Civil de São Vicente — concedidos seis meses de licença registada, a partir de 1 de Junho do corrente ano.

Cristiano Rodrigues Lobo, 2.º oficial, interino, da Direcção-Geral da Administração Interna, colocado no Posto Administrativo dos Mosteiros — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 1 de Maio do corrente ano

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 1 de Outubro de 1981:

São nomeados professores de posto escolar de serviço eventual do Departamento do Ensino Primário os seguintes indivíduos:

Armindo João Assunção;
Bernardo Jesus Sousa;
Celso Lima Silva;
Domingos Pires Gomes;
Eduína Júlia Pires;
Iolanda Oliveira Rodrigues Ramos;
Justina Felicidade Almeida;
João Pedro Lopes da Cruz;
Joaquim Augusto Gomes;
Júlio Dinis da Silva Barbosa;
Maria Teresa Fortes;
Manuel dos Anjos Lima;
Paula Delgado Freitas;
Pedro Margarida Rocha Oliveira;
Rosa Teixeira Dias;
Raquel Fortes Andrade.

Os nomeados devem entrar imediatamente em exercício por urgente conveniência de serviço, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 48.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 15 de Abril de 1982:

De 8:

Eddy Afonsina Lima Barros Ramos, monitora especial, contratada, em serviço na Escola Preparatória «Jorge Barbosa» — transferida, a seu pedido, para a Escola Preparatória da Praia com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1981.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 11.º, artigo 65.º do orçamento vigente.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 15 de Abril de 1982).

De 15:

São nomeados professores de posto escolar de serviço eventual do Departamento do Ensino Primário os seguintes indivíduos:

Aníbal de Andrade;
Eulália Mendes Vieira Semedo;
Filomena Celeste Monteiro;
Hirondino Monteiro Fortes;
Hermógenes Martins Dias;
Idalina Alice da Costa Rosa;
Iolanda Antonieta Fortes Silva;
Irandina Antunes Soares;
Sónia Estrela Sancha Silva.

De 30:

São nomeados professores de posto escolar de serviço eventual do Departamento do Ensino Primário os seguintes indivíduos:

Antonino da Veiga Borges;
Aristides Sousa Dias;
Benvinda Tavares Silva Rodrigues;
Carlota de Sena Sequeira;

Daniel Sebastião Monteiro;
 Eduardo Monteiro Varela;
 Domingos Mendes Teixeira;
 Elisa Ramos Tavares;
 Elísio Gonçalves Andrade;
 Fernando Cabral Tavares;
 Guilhermina Furtado Fernandes;
 José Manuel da Veiga Teixeira;
 José António Rodrigues Mascarenhas;
 Joaquim Vieira Furtado;
 João Antão dos Reis;
 Lavinia Lima Oliveira
 Lúcia Gomes Mendes Tavares;
 Maria Garcia Fortes
 Viriato de Barros Gomes.

São nomeados professores de posto escolar, de serviço eventual, do Departamento do Ensino Primário, os seguintes indivíduos:

Maria Cesaltina Furtado Brito;
 Maria Alcinda Monteiro.
 Maria Madalena Rodrigues;
 Manuel Lopes.

Os nomeados devem entrar imediatamente em exercício por urgente conveniência de serviço, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 48.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 15 de Abril de 1982).

De 2 de Dezembro:

Isabel Santos Lima, professora eventual do 4.º nível, nomeada para o Liceu «Domingos Ramos» — transferida para o Liceu «Ludgero Lima».

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 28.º, artigo 161.º do orçamento vigente.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 15 de Abril de 1982).

De 7 de Janeiro de 1982:

Inês Moreira Nunes Tavares, professora de posto escolar de serviço eventual, colocada na Escola n.º 3, da vila do Tarrafal — transferida para o Posto n.º 8, de Cabeça da Horta.

Maria de Brito da Costa, professora de posto escolar contratada, com colocação no Posto n.º 15-B, de Boca de Ambas as Ribeiras do concelho da Ribeira Grande — transferida para o Posto n.º 85, de S. Jorge.

Nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugados com a alínea g) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto e do Decreto-Lei n.º 60/81, de 20 de Julho, são revalidadas as nomeações dos professores abaixo indicados e nomeados professores eventuais os seguintes indivíduos, devendo entrar imediatamente em exercício por conveniência de serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho:

Concelho da Praia:

Maria da Luz Fragoso Tavares — revalidada a nomeação como professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto n.º 161, de Pico Leão.
 Fernando Lopes Vaz Robalo, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar de serviço eventual e colocado no Posto 162, de Porto dos Mosquitos,

Concelho de Santa Catarina:

Maria de Fátima Andrade Varela de Pina — revalidada a nomeação como professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto 168, de Sedeguma.
 Maria Filomena Lima Ramos, professora de posto escolar de serviço eventual — revalidada a nomeação e colocada no Posto 23, de Chã de Tanque.
 Arlindo Mendes Cabral da Veiga, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar de serviço eventual e colocado no Posto 163, de Boa Entradinha.
 Maria Garcia Fortes, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto 132, de João Dias.

Concelho de Santa Cruz:

Ermelinda Batalha Ramos — revalidada a nomeação como professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto 175, de Matinho.

Concelho do Tarrafal:

João Baptista Galinha Cardoso, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual e colocado na Escola 3 da vila do Tarrafal.
 Januário Dias Varela, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual e colocado no Posto 53, de Chão Bom.

Concelho do Fogo:

Manuela Barbosa Barros — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual e colocada no Posto 46, de Patim.

Concelho da Brava:

Manuel da Cruz Ramos Monteiro, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar de serviço eventual e colocado no Posto n.º 50, de Furna.

Concelho de S. Vicente:

Maria Augusta Santos — revalidada a nomeação como professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto 5-B, de Lameirão.
 Maria dos Anjos Pereira Vieira — revalidada a nomeação como professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto 4-B, de Mato Inglês.
 Isabel Maria Brito — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual e colocada no Posto 70-B, de Salamansa.

Concelho do Porto Novo:

Alfredo Manuel Sousa Chantre — revalidada a nomeação como professor de posto escolar de serviço eventual e colocado no Posto 25-B, de Ribeira da Cruz, com efeitos a partir de 5 de Outubro de 1981.

Concelho de S. Nicolau:

Rufina Ana Gonçalves, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual e colocada no Posto 88-B, de Estância de Brás.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 48.º do orçamento vigente.

De 11 de Janeiro de 1982:

Maria Raquel Lima — nomeada para exercer, provisoriamente, o cargo de professora do 4.º nível de 3.ª classe do Liceu «Domingos Ramos», nos termos do artigo 27.º, do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 4 de Janeiro de 1982, data em que fica exonerada do cargo de professora do 2.º nível.

Alberto Chantre Varela, — nomeado para exercer, provisoriamente, o cargo de professor do 4.º nível de 3.ª classe do Liceu «Domingos Ramos», nos termos do artigo 27.º, do Estatuto do Funcionalismo, com efeito a partir de 4 de Janeiro de 1982, data em que fica exonerado do cargo de professor do 2.º nível.

José Ricardo Lima Moreira — nomeado para exercer, provisoriamente, o cargo de professor do 4.º nível de 3.ª classe do Liceu «Domingos Ramos», nos termos do artigo 27.º, do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 4 de Janeiro de 1982, data em que fica exonerado do cargo de professor do 2.º nível.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 29.º, artigo 168.º, do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 15 de Abril de 1982).

De 14:

Deolinda Lopes Fortes Duarte, professora de posto escolar, contratada — concedida a mudança de escalão correspondente a 1.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 3 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «Q», com efeitos a partir de Junho de 1981.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 48.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 15 de Abril de 1982).

De 28:

José António de Sousa — nomeado para, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, exercer as funções de professor de serviço eventual da Escola Preparatória do Tarrafal, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho, conjugado com os artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 60/81, de 2 de Junho.

De 12 de Fevereiro:

Mário Semedo Gomes da Veiga, professor eventual do 2.º nível — nomeado para, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, exercer as funções de professor eventual do 3.º nível (3.ª classe) da Escola Preparatória do Tarrafal, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta data, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho, conjugado com os artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 60/81, de 9 de Junho.

O ora nomeado fica exonerado das funções de professor eventual do 2.º nível, a partir da data da posse das novas funções.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 18.º, do artigo 111.º do orçamento vigente.

De 1 de Março:

Paulo Landim dos Santos, professor de posto escolar com colocação no posto escolar n.º 107, de Mato Brasil, concelho do Tarrafal — exonerado, a seu pedido, a partir de 30 de Janeiro de 1982.

Agostinho Bernardo Teixeira Brandão, professor de posto escolar, contratado — concedidos mais dois meses de licença registada.

José Joaquim Gomes de Barros — revalidada a nomeação como professor de posto escolar de serviço eventual e colocado no posto escolar n.º 19, de Mercado dos Órgãos.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 48.º do orçamento vigente.

De 2:

Rosa Maria Morais, professora do ensino primário, contratada — concedida a mudança de escalão correspondente à 2.ª classe, 2.º nível, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «L», com efeitos a partir de Janeiro de 1982.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 8.º, artigo 48.º, do orçamento para o ano de 1982.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

De 11:

Daniel Soares Teixeira, professor de posto escolar de serviço eventual com colocação no Posto n.º 56, de Pé Jo Monte, concelho do Fogo — exonerado a seu pedido.

De 12:

Inês Moreira Nunes Tavares, professora de posto escolar de serviço eventual anulado o despacho da sua transferência para o posto n.º 91, de Mendes Faleiro, concelho da Praia, ficando na Escola n.º 3, da Vila do Tarrafal.

Joés Lopes Teixeira, professor de posto escolar, contratado — concedidos mais seis meses de licença registada.

De 14 de Abril:

Filomena Maria Silva Lopes, aspirante, interina, colocada no Liceu «Ludgero Lima» — exonerada, a seu pedido, referidas funções, a partir de 1 de Maio de 1982.

Luciano Avelino Monteiro Soares Semedo, 3.º oficial de nomeação definitiva da Direcção-Geral de Educação — concedidos seis meses de licença registada, a partir de 26 de Abril de 1982.

Firmino António dos Santos, 3.º oficial do Ministério da Educação e Cultura — prorrogada, por mais seis meses a licença registada que lhe havia sido concedida por despacho de 28 de Setembro de 1981.

De 19:

Daniel António Pereira — nomeado para exercer, provisoriamente, o cargo de professor do 4.º nível de 3.ª classe do Liceu «Domingos Ramos», nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 29.º, artigo 168.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 20 de Abril de 1982).

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 17 de Novembro de 1981:

Arlindo Bento — nomeado para, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para, exercer provisoriamente o cargo de faroleiro de 2.ª classe do quadro dos serviços de faróis e semaforicos da Direcção-Geral de Marinha e Portos, com colocação no farol da Ponta de Lobo.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 6 de Abril de 1982).

José Manuel de Brito Soares — nomeado para, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer provisoriamente o cargo de faroleiro de 2.ª classe do quadro dos serviços de faróis e semafóricos da Direcção-Geral de Marinha e Portos, com colocação no farol do Barril.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 38.º, do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 6 de Abril de 1982).

De 1 de Dezembro:

Helena Augusta Wahnnon de Carvalho Veiga, habilitada com o curso superior de secretária — nomeada técnica de 3.ª classe do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério dos Transportes e Comunicações, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 16.º, do orçamento vigente.

De 4:

Augusto Sanches — nomeado para, interinamente, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de faroleiro de 2.ª classe do quadro dos serviços de faróis da Direcção-Geral de Marinha e Portos.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 38.º, do orçamento vigente.

De 8 de Janeiro de 1982:

Silvestre Beneditino Évora, técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral de Marinha e Portos — promovido a técnico superior de 2.ª classe da referida Direcção-Geral, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 12 de Outubro de 1981.

Maria do Céu Semedo Ferreira — assalariada, nos termos do artigo 57.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de servente de 2.ª classe do Departamento Marítimo de Sotavento da Direcção-Geral de Marinha e Portos.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 18.º, do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 6 de Abril de 1982).

De 29 de Março:

Maria da Conceição dos Santos Vieira — exonerada, a seu pedido, do cargo de 3.º oficial, interino, do quadro do pessoal da Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações, a partir de 12 de Março findo.

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 30 de Dezembro de 1981:

Miguel António Lima, técnico superior de 2.ª classe de nomeação definitiva, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do Decreto-Lei n.º 152/79, a técnico superior de 1.ª classe, da mesma Direcção com efeitos a partir de 28 de Dezembro de 1981.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 8.º, artigo 67.º, do orçamento para o ano de 1982.

De 6 de Janeiro de 1982:

José Henrique Nobre de Oliveira Vera-Cruz, técnico superior de 3.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do Decreto-Lei n.º 152/79, a técnico superior de 2.ª classe da mesma Direcção-Geral, com efeitos a partir de Novembro de 1981.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 9.º, artigo 71.º do orçamento para o ano de 1982.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

Isaac Severo Anahory Silva, técnico de 1.ª classe, de nomeação provisória da Direcção-Geral de Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Oswaldo de Oliveira e Cruz, técnico superior de 2.ª classe, de nomeação provisória da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 67.º do orçamento vigente.

Maria Filomena da Veiga, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, de nomeação provisória, da Secretaria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Rural — nomeada definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 2.º, artigo 11.º do orçamento para 1982.

(Anotados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 14 de Abril de 1982).

José Henrique Nobre de Oliveira Vera-Cruz, técnico superior de 3.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 71.º, do orçamento para 1982.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 14 de Abril de 1982).

Luciano Borges Gonçalves, técnico superior de 3.ª classe, de nomeação provisória da Direcção-Geral de Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 8.º, artigo 67.º do orçamento para 1982.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 14 de Abril de 1982).

De 18 de Fevereiro:

Jacob Martins Sulivano Delgado, técnico superior de 3.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do Decreto-Lei n.º 154/81, a técnico superior de 2.ª classe da mesma Direcção-Geral, com efeitos a partir de 9 de Fevereiro do corrente ano.

De 22:

Luciano Borges Gonçalves, técnico superior de 3.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária, do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do Decreto-Lei n.º 154/81, a técnico superior de 2.ª classe da mesma Direcção-Geral, a partir de 22 de Janeiro de 1982.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação do capítulo 8.º, artigo 67.º do orçamento para o ano de 1982.

De 26:

Nilza Maria Melo de Barros — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de 3.º oficial, da Secretaria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Rural.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 11.º do orçamento vigente.

De 5 de Março:

Francisco Assis de Macedo Barbosa, técnico de 1.ª classe, contratado, dos Serviços Regionais, do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do Decreto-Lei n.º 154/81, a técnico principal dos mesmos Serviços, com efeitos a partir de 10 de Fevereiro do corrente ano.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 11.º, artigo 80.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 4 de Janeiro de 1982:

Leonildo José Alfama Barreto Lima, técnico superior de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Saúde — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo. — (Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 13 de Abril de 1982).

De 12:

Ivete Arlinda da Pascoela e Lima, técnico profissional do 1.º nível de 3.º classe, (enfermeira), da Direcção-Geral de Saúde — nomeada definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Pedro de Pina Lopes, técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe, (enfermeiro) da Direcção-Geral de Saúde — nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

(Anotados pelo Tribunal Administrativos e de Contas, em 14 de Abril de 1982).

De 25:

Celina Duarte Lopes Correia — nomeada para, provisoriamente, exercer o cargo de técnico profissional do 2.º nível de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde.

Victor Manuel Correia Varela Ribeiro — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde, colocado no serviço de combate à lepra, na Delegacia de Saúde da Praia.

De 30:

Carla Odete Caetano Monteiro de Morais, preparadora de laboratório de análises clínicas — nomeada definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 25 de Fevereiro:

António Neves Rodrigues, assalariado para nos termos do artigo 51.º, do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde, colocado na U.S.B. de Juncalinho — S. Nicolau.

Dr. Ireneu Fileto Brito Gomes, técnico superior especialista, da Direcção-Geral de Saúde — mandado transitar, nos termos do n.º 2 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, a técnico superior principal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1982.

Dr. Dario Laval Resende Dantas dos Reis, técnico superior especialista da Direcção-Geral de Saúde — mandado transitar, nos termos do n.º 2 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, a técnico superior principal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1982.

Dr. Francisco Gomes Fragoso, técnico superior especialista da Direcção-Geral de Saúde — mandado transitar nos termos do n.º 2 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, a técnico superior principal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1982.

Dr. Arsénio Daniel Firmino de Pina, técnico superior especialista, da Direcção Regional de Saúde de Barlavento — mandado transitar, nos termos do n.º 2 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, a técnico superior principal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1982.

Belmiro Rubens do Nascimento, Alcídio Centeio Soares Correia e Edgar Vieira Fontes — nomeados, para, provisoriamente, exercerem o cargo de técnico auxiliar de 2.ª classe (ajudantes de nutricionistas) da Direcção-Geral de Saúde.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 19.º do orçamento vigente).

Rogério Feijóo de Jesus Leitão, chefe de departamento, definitivo, da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, desempenhando, interinamente, as funções de Director de 3.ª classe — mandado transitar nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, a Director de 3.ª classe definitivo, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1982.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 17.º, do orçamento vigente.

Dr.ª Francisca Brito Évora Inocêncio, técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — nomeada para, em comissão de serviço, exercer as funções de directora regional de Saúde de Barlavento, com efeitos a partir de 1 de Março de 1982.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 19.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

Maria Celeste Lima Barros Ramos, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeira), a prestar serviço em Sal-Rei na Boa Vista — transferida, por conveniência do serviço, para a Delegação de Saúde do Porto Novo em Santo Antão.

Luizette Prudência Soares, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeira), da Direcção-Geral de Saúde a prestar serviço na Delegacia de Saúde do Porto Novo—transferida, por conveniência do serviço, para a Delegacia de Saúde da Ribeira Grande em Santo Antão.

Maria Santa Rita Vieira de Andrade, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeira) da Direcção-Geral de Saúde, a prestar serviço na Delegacia de Saúde da Ribeira Grande—transferida, por conveniência do serviço, para o Hospital de S. Vicente.

Carlos Alberto Barbosa Fernandes, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe (enfermeiro), da Direcção-Geral de Saúde, a prestar serviço no Hospital de S. Vicente—transferido por conveniência do serviço, para a Delegacia de Saúde da Boa Vista.

(Anotados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 14 de Abril de 1982).

Dr.ª Armada Lopes Fonseca, técnico superior de 1.ª classe da Direcção-Geral de Farmácia, exercendo em comissão de serviço o cargo de directora regional de Farmácia—promovida, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, a técnico superior principal, com efeito a partir de 11 de Fevereiro de 1982.

Dr.ª Judith da Cunha Ferro de Oliveira Lima, técnico superior de 1.ª classe, da Direcção-Geral de Farmácia, em comissão de serviço na EMPROFAC—promovida, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, a técnico superior principal, com efeito a partir de 8 de Fevereiro de 1982.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 51.º do orçamento vigente.

De 1 de Março:

Maria Filomena Lopes Neves—assalariada para, nos termos do artigo 51.º, do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º artigo 19.º do orçamento vigente.

(Anotados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

De 4:

Fernanda Maria Oliveira, candidata classificada em concurso—nomeada para, provisoriamente, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa da Direcção-Geral de Farmácia.

Gregória Freire Moreira Fonseca, candidata classificada em concurso—nomeada para, provisoriamente, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa da Direcção-Geral de Farmácia

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º artigo 51.º do orçamento vigente.

Carolina de Jesus Santos Ferreira, candidata classificada em concurso—nomeada para, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde.

Alberto Brito Soares, Ernesto Alberto Cabral, João Baptista Tourinho e Orlando Arcádio Silva, técnicos auxiliares de entomologia principais, provisórios, da Direc-

ção-Geral de Saúde—nomeados definitivamente, nas referidas funções, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 15:

Gabriela Maria Duarte—nomeada para, interinamente, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocada na Delegacia de Saúde do Sal.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 13 de Abril de 1982).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 19.º do orçamento vigente.

Despachos do Camarada Ministro da Habitação e Obras Públicas:

De 17 de Outubro de 1981:

Eng. Júlio Vasco de Sousa Lobo, técnico superior de 2.ª classe, provisório, do quadro do pessoal do Ministério da Habitação e Obras Públicas—nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º artigo 19.º do orçamento vigente.

De 25 de Novembro:

Luís António Fernandes, aspirante, provisório, da Direcção-Geral das Obras Públicas—nomeado para, definitivamente, exercer o referido cargo, nos termos do § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 16.º, artigo 23.º do orçamento vigente.

(Anotados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

De 17 de Fevereiro de 1982:

Luísa dos Santos Barros e Helena Isabel Lopes Moreno, serventes de 2.ª classe da Secretaria-Geral do Ministério da Habitação e Obras Públicas—assalariadas para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercerem o cargo de servente de 1.ª classe da mesma Secretaria-Geral.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 23.º do orçamento vigente.

De 25:

Domingas da Graça Moniz, Maria de Lourdes Monteiro e Maria da Conceição da Graça Moniz, serventes de 2.ª classe da Direcção-Geral das Obras Públicas—assalariadas para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercerem o cargo de servente de 1.ª classe da mesma Direcção-Geral.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 15.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 13 de Abril de 1982).

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 28 de Novembro de 1981:

Maria de Jesus Mendes de Carvalho, aspirante de nomeação provisória da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, exercendo interinamente o cargo de 3.º oficial — revertida à categoria de aspirante por ter deixado de existir a vaga que vinha ocupando e colocada na Conservatória dos Registos de Sotavento.

Félix Gomes Tavares, aspirante, de nomeação definitiva da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, exercendo interinamente as funções de 3.º oficial — revertido à categoria de aspirante por ter deixado de existir a vaga que vinha ocupando e colocado na Conservatória dos Registos de Sotavento.

De 4 de Fevereiro de 1982:

Roque Tavares Barbosa Amado, 2.º oficial de nomeação definitiva, da Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários promovido, nos termos do artigo 67.º do Estatuto do Funcionalismo e mediante concurso, a 1.º oficial, da mesma Direcção-Geral.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 26.º do orçamento vigente.

De 9:

Maria de Lourdes Duarte — dada por finda a comissão de serviço como recepcionista da Repartição de Expediente do Gabinete do Ministro da Justiça, transitando a mesma para a categoria de escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe do mesmo Gabinete, conforme o estatuido no artigo 47.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro de 1981.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento para 1982.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 2 de Abril de 1982).

De 23:

Otelindo Levy Rivera de Jesus, licenciado em Direito — nomeado para, provisoriamente, exercer o cargo de procurador regional da república de 2.ª classe do quadro da magistratura do Ministério Público, ficando exonerado do cargo de técnico superior de 3.ª classe do Gabinete de Estudos, Legislação e Documentação do Ministério da Justiça.

Otelindo Levy Rivera de Jesus, procurador regional da república de 2.ª classe do quadro da magistratura do Ministério Público — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de procurador regional da república de 1.ª classe, com colocação na Procuradoria Regional da República da Praia.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 84.º, do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 20 de Abril de 1982).

De 1 de Abril:

Amílcar Soares Ribeiro, 3.º ajudante, definitivo da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, na situação de licença registada — prorrogada a referida licença, por mais 140 dias, com efeitos a partir de 4 de Março de 1982.

Despachos do Camarada Secretário de Estado das Finanças:

De 5 de Março de 1982:

Maria Agostinha Rocha Barros, Maria do Carmo Monteiro e Bernardo Gomes Monteiro, escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe, provisórios, da Direcção-Geral de Finanças — mandados transitar, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro para a categoria de escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe.

O encargo resultante tem cabimento na dotação do capítulo 14.º, artigo 107.º, n.º 1 do orçamento para o ano de 1982.

Bernardo Gomes Monteiro, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Finanças — nomeado, definitivamente, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, no referido cargo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 14.º, artigo 107.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 22 de Abril de 1982).

De 15:

Bernardina Mendes Teixeira, viúva e representante dos filhos menores de António Lopes Vaz, que foi agente de 2.ª classe do Departamento da Polícia Económica Fiscal, falecido no dia 12 de Dezembro de 1980 — fixada, nos termos do artigo 9.º do Decreto n.º 52/75, a pensão de sobrevivência anual de 13 015\$20, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1980.

A esta pensão será descontada a quantia de 4 633\$60 em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a 1.ª de 111\$60 e as restantes de 38\$, cada, referente a quota de compensação de sobrevivência em atraso.

O encargo tem cabimento na verba do capítulo 17.º, artigo 141.º — Pensões de sobrevivência — do orçamento para o corrente ano do Ministério da Economia e das Finanças.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 13 de Abril de 1982).

De 5 de Abril:

Alexandre Alberto Santo Amaro Monteiro Pereira, aspirante, provisório, da Direcção-Geral de Finanças — exonerado, a seu pedido, das referidas funções, com efeito a partir de 31 de Março último.

Lista provisória por ordem alfabética dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 10, de 6 de Março de 1982, para o preenchimento de 4 vagas de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Comércio, homologada pr despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio e Turismo, de 14 de Abril de 1982:

Admitidos:

- 1 — Adriana Semedo Tavares;
- 2 — Alberto Mendes Fernandes; a)
- 3 — Alexandrino Vieira Gonçalves;
- 4 — Ana Maria de Pina; b)

	Valores,
5 — António Borges de Moura;	José da Luz Monteiro Cardoso 8,5
6 — Arlindo Gomes Monteiro;	Maria Celeste Vieira Moniz 8,2
7 — Arnaldo João Bucancel Cabral;	Maria da Luz Santos Monteiro 8
8 — Ernestina Correia;	Ana Borges Moreno... .. 7,8
9 — Eugénio Alberto Rodrigues; a)	David Howard Capristano Furtado 6,6
10 — Eva Catarina Tavares Lopes; b)	Edith Carvalho Moniz 5,8
11 — Inácia Gomes Monteiro; c)	
12 — Isabel Maria Silva Tavares;	
13 — Joanina Veiga Correia;	
14 — João Lopes de Brito; c)	
15 — José António Vaz Fernandes; a)	
16 — Manuel Fernandes Centeio;	
17 — Manuel Zaqueria Teixeira Mendes Rosa; b)	
18 — Maria Antónia Pires Resende; a)	
19 — Maria Bernardete Mendes Tavares;	
20 — Maria da Conceição de Sá Nogueira Furtado;	
21 — Maria Eugénia Mendes Sequeira; b) e c)	
22 — Maria de Fátima Monteiro da Cruz;	
23 — Maria Helena Nunes de Pina Barbosa;	
24 — Maria Josefa Tavares Cardoso;	
25 — Maria do Livramento Santos Rosa; b)	
26 — Maria de Lourdes Barros Fortes;	
27 — Maria Duarte Silva Dono.	
28 — Mário Ramos Semedo a);	
29 — Simão José Maria Gomes Rodrigues.	

Excluídos:

Alcindo Medina Coronel d);
Luísa Soares Silva d).

a) Deve entregar todos os documentos pedidos no anúncio do concurso;

b) Deve entregar a certidão de idade;

c) Deve promover a autenticação da fotocópia;

d) Por ter entregue o pedido fora do prazo.

Os interessados podem, no prazo de 20 dias, a contar do dia imediato ao da publicação desta lista no *Boletim Oficial*, apresentar as suas reclamações e suprir as deficiências apontadas.

Lista de classificação final dos candidatos ao concurso para provimento de vagas de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe dos quadros do Ministério do Desenvolvimento Rural, cujo anúncio vem publicado no *Boletim Oficial* n.º 11, de 4 de Março de 1981:

Aprovados:

	Valores
1.º António Jorge dos S. Carveiro Andrade.	17
2.º Anilda Alice da Graça	15,2
3.º Natalina Monteiro Lopes... ..	14,7
4.º Ana Maria Mendes Silva Ferreira ...	13
5.º Isabel Pereira Silva... ..	12,5a)
6.º Maria da Conceição Barros Tavares ...	12,5
7.º Pedro Alcântera Ludgero Correia... ..	11,2
8.º Félix Mendes Moniz... ..	10,8
9.º Angelina Mendes Moniz... ..	10,5
10.º Maria Margarida Sanches Moreira ...	10,3
11.º Estevão Dias Semedo	10 b)
12.º Manuel José Mendes Gonçalves	10

Reprovados:

Emiliano Amaro Tavares	9,3
Eduíno Gonçalves Dias	9

Faltaram às provas:

António Silva Tavares;
António Fonseca dos Santos;
Alberto Mateus Lima Moreira;
António Spencer Andrade;
Albertina Rodrigues Carvalho;
Carmem Cardoso
Dinora Mendes Andrade;
Filomena Maria Ramos dos Santos;
Felismina José Marcelina;
Isabel Maria Silva;
João José de Pina Correia;
Joana Alves;
Leonor Teixeira Lopes;
Maria da Conceição Santos Andrade;
Maria Filomena Massano Tavares;
Maria Filomena Semedo Tavares;
Maria Júlia Sanete da Moura;
Maria Domingas Tavares do Canto;
Maria Rosário Monteiro Silva;
Maria de Lourdes Vaz Sanches;
Maria de Fátima Galvão Gonçalves;
Maria de Jesus de Pina Veiga;
Maria da Conceição Tavares Delgado;
Paulo Landim dos Santos;
Victor Manuel da Veiga Freire;
Victória Pereira.

a) Possui maiores habilitações literárias que o candidato seguinte;

b) Teve maior valorização que o candidato seguinte nas provas de exame do Ciclo Preparatório.

COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos, comunica-se que o Delegado do Governo no concelho de Santa Catarina designou o assalariado eventual Henrique dos Santos Camacho para substituir o tesoureiro de 2.ª classe Vicente Rocha, durante o período em que este se encontrar de licença disciplinar, iniciada em 7 de Dezembro de 1981.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 37.º, do orçamento para 1982,

(Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 13 de Abril de 1982).

Para os devidos efeitos se comunica que Maria Antónia Lubrano Mendes Teixeira Fernandes, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se encontrava de licença registada por 60 (sessenta) dias, conforme despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 6/82, de 6 de Fevereiro, apresentou-se ao serviço no dia 26 de Março do corrente ano, tendo reiniciado as suas funções.

Para os devidos efeitos se comunica que a professora do ensino básico elementar (2.º nível) de nomeação definitiva, Maria Celeste Mendes Marques Delgado, em exercício no Posto Escolar n.º 31-B do Mindelo, finda a licença registada, que lhe fora concedida por despacho de 1 de Outubro de 1981, apresentou-se na Direcção Regional de Educação e Cultura.

RECTIFICAÇÕES

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 51/81, novamente se publica:

Despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 8 de Outubro de 1981:

Nélida Aurora Vera-Cruz de Melo — revalidada a nomeação para, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, e durante o ano lectivo de 1981/82, exercer as funções de professora de serviço eventual do 3.º nível (3.ª classe), com colocação no Liceu «Domingos Ramos».

A ora nomeada iniciou funções na mesma data, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho, conjugado com os artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 60/81, de 2 de Junho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 31.º, artigo 215.º do orçamento vigente.

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 3/82, de 16 de Janeiro de 1982, novamente se publica:

Despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 3 de Dezembro de 1981:

José Manuel Gomes Andrade — revalidada a nomeação para, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, e durante o ano lectivo de 1981/82, exercer as funções de professor de serviço eventual do 3.º nível (3.ª classe), com colocação no Liceu «Domingos Ramos».

O professor ora nomeado entrou em exercício no dia 3 de Novembro de 1981, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho, conjugado com os artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 60/81, de 2 de Junho.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 31.º, artigo 215.º do orçamento para 1981.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 22 de Abril de 1982. — O Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

RECTIFICAÇÃO

Ao anúncio de concurso para provimento de vagas de 3.º oficial do quadro da Direcção-Geral da Função Pública, publicado no *Boletim Oficial* n.º 11/82, de 13 de Março:

Onde se lê;

...podendo candidatar-se os terceiros oficiais, interinos, dos diversos quadros da Função Pública e os cidadãos nacionais que reúnam as seguintes condições:

- a) Possuir a habilitação mínima do 3.º ano do curso geral — ex-5.º ano dos liceus ou equivalente.
- b) Ter idade compreendida entre os 18 e 35 anos.

Deve ler-se:

...podendo candidatar-se os cidadãos nacionais que reúnam as seguintes condições:

- a) Possuir a habilitação mínima do 3.º ano do curso geral — ex-5.º ano dos liceus ou equivalente.
- b) Ter idade compreendida entre os 18 e 35 anos.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 8 de Abril de 1982. — O Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

**Secretaria de Estado das Finanças
Direcção-Geral das Alfândegas
Alfândega da Praia**

EDITAL

Daniel Andrade Sousa, Director da Alfândega da Praia.

Nos termos do disposto no artigo 675.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 45 159, de 29 de Setembro de 1960, faço saber que no próximo dia 29 de Abril do corrente ano, pelas 10 horas, no recinto desta Alfândega se procederá à venda em hasta pública (1.ª praça) das mercadorias abaixo discriminadas e constantes do processo administrativo n.º 81/81.

Lote único; Constituído por seis cartões de sumos de fruta marca «Facal», com o peso bruto de 96 quilos, marca M. R. M., de origem estrangeira, na base de licitação de 3950\$00.

A mercadoria será arrematada no estado em que se encontra e o valor da praça será acrescido da percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

E para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 21 de Abril de 1982. — O Director, *Daniel Andrade de Sousa*.

(67)

Secretaria de Estado do Comércio e Turismo

Direcção-Geral do Comércio

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por despacho de 30 de Março p. p. o Camarada Secretário de Estado do Comércio e Turismo homologou os seguintes preços de venda do peixe para vigorar na Ilha do Sal:

— Bicuda...	45\$00/kg
— Merato, garopa, cherno, goraz, badejo, dobradão, pargo, esmoregal, ventelha, ruta, bonito, salomão, mero, corvina, doufado, corcovado, enforcado e enchova ...	42\$00/kg
— Atum e Ilheu (peixe amanhado e sem cabeça)...	30\$00/kg
— Cachorreta, velha, sargo, bica, dobrada, papagaio, salmonete, cavala, arenque, budião, palombeta, tainha, olho largo, agulha, linguado, besugo, barbo, sardinha, salema e mouro ...	26\$00/kg

Obs: — Na povoação do Espargo os preços são acrescidos de 1\$50 por cada kilo a título de compensação das despesas de transportes.

Direcção-Geral do Comércio, na Praia, 14 de Abril de 1982. — A Directora-Geral, *Georgina de Mello*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Cartório Notarial da Região de 1.ª Classe da Praia

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas número catorze barra A, de folhas quarenta e oito a quarenta e nove, verso, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial com a data de quinze de Abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, na qual, Bebiano Pereira Gonçalves, solteiro, maior, proprietário, natural da ilha de Santiago, residente em Achadinha de Cima, subúrbios desta cidade, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor, do seguinte prédio: — «um prédio urbano, moradia, rés-do-chão, situado em Achadinha de Cima, construído de pedra com argamassa de cimento e areia, coberto com chapas de fibrocimento, com dois compartimentos na frente cimentados, rebocados e pintados a tinta de água por dentro e fora, tendo dois anexos no quintal com cinco compartimentos incluindo uma cozinha e quarto de banho, cobertos com laje de betão armado e chapas de fibrocimento e um pátio no quintal, todos cimentados, que confronta do Norte com a ribeira de São Pedro, do Sul com Apolinário de Pina, do Leste com José Torres e do Oeste com José Chantre, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o número dois mil quinhentos e dezanove, com o rendimento colectável de cinco mil e cem escudos, a que corresponde o valor matricial de cento e dois mil escudos, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos da Região de Sotavento, conforme se vê da certidão negativa lá passada, que arquivo.

Que o outorgante não adquiriu este prédio por contrato, nem por sucessão, mas por título de aquisição originário, por o ter construído com o seu trabalho e com o seu material empregado nessa construção.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir essa falta de título escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos dezanove dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art.º 18.º n.ºs 1 e 2	70\$00
Cofre-Geral de Justiça	7\$00
Taxa de Reembolso	3\$00
Selos... ..	25\$00
Soma	105\$00

São: (cento e cinco escudos). Conferida por *ilegível*. Registada sob o número 1939/82.

(68)

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pela Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, se faz público que nos autos de rectificação de nome em que é requerente Francisco Alves Vieira, casado, director do Centro de Equipamentos do Ministério de Desenvolvimento Rural, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente nesta cidade da Praia, filho de

Benvinda Vieira, correm éditos de 30 dias contados da 1.ª e 2.ª publicação deste anúncio, convidando os interessados a deduzir a oposição que tiveram a respeito do pedido que o requerente fez nos autos e que consiste em:

Francisco Alves Vieira, alterar o nome para Francisco Alves Vieira Pina, nome por que é conhecido desde o seu nascimento.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, 15 de Abril de 1982. — O Director-Geral, *Jorge de Oliveira Lima*. (69)

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pela Direcção-Geral dos Registos e do Notariado se faz público que nos autos de rectificação de nome em que é requerente Arzina de Pina, solteira, doméstica, natural de Nossa Senhora de Ajuda, Concelho do Fogo, residente em Ribeira do Ilhéu, filha de Filénio de Pina e de Maria de Pina, correm éditos de 30 dias contados da 1.ª e 2.ª publicação deste anúncio convidando os interessados a deduzir a oposição que tiverem a respeito do pedido que o requerente fez nos autos e que consiste em:

Arzina de Pina, alterar o nome para Idalina de Pina, nome por que é conhecida desde o seu nascimento.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, 15 de Abril de 1982. — O Director-Geral, *Jorge de Oliveira Lima*. (70)

(2.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito Cível do Tribunal Regional de Primeira Classe da Praia, na Execução sumária n.º 9/78, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado Aníbal Duarte, solteiro industrial de Artes Gráficas, natural de Portugal e residente no sítio de Achadinha, arredores desta cidade, para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução movida por *Homundo Rodrigues Barbosa*.

Praia, 8 de Abril de 1982. — O Juiz de Direito, *Miguel Alves Ferreira*.

O Escrivão de Direito, *Manuel António Vieira de Andrade*.

(71)

SHELL CABO VERDE S.A.R.L.

RECTIFICAÇÃO

Rectificação do Relatório do Conselho de Administração da Shell Cabo Verde, SARL in *Boletim Oficial* n.º 15, de 10 de Abril de 1982:

6 — Pessoal:

Onde se lê:

Em 31 de Dezembro de 1981 tínhamos 64 reformados, 19 viúvas e 19 órfãos, a quem pagamos um total de 6 612 mil contos,

Deve-se ler:

Em 31 de Dezembro de 1981 tínhamos 64 reformados, 19 viúvas e 19 órfãos, a quem pagamos um total de 6 612 mil contos.

Nota 10 — Reservas:

Onde se lê:

Reserva geral 2 519 833

Deve-se ler:

Reserva geral 2 519 883

(72)